



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Sumário

PORTARIA Nº 069/2019.	2
DECRETO Nº 080/2019.	3
EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2019 DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 005/2019.....	6
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019.....	7
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 044/2019.	16



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 069/2019.

O Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder a Valderi Pedro Algeri, Secretário de Esportes, inscrito no CPF sob o nº 483.228.579-34, o equivalente a 01 (uma) diária no valor de R\$ 367,02 (trezentos e sessenta e sete reais e dois centavos), para acompanhar os atletas que representam o Município nos Jogos da Juventude do Paraná, em Planalto-Pr, nos dias 23/07/2019 a 25/07/2019.

REGISTRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste,
Em, 22 de julho de 2019.



Elio Marciniak
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 080/2019.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de **SANTA TEREZA DO OESTE**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela **Lei nº 2120 de 06/12/2018**.

DECRETA:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor de **R\$ 1.342.000,00 (um milhão trezentos e quarenta e dois mil reais)**, para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação

ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		
23	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000.00
INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO		
194	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000.00
195	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000.00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL		
211	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000.00
212	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000.00
EQUIPAMENTOS, MATERIAL PERMANENTE E MOBILIÁRIOS - ENS INFANTIL		
267	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000.00
EXECUÇÃO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CAD ÚNICO - SUAS		
553	MATERIAL DE CONSUMO	5.000.00
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		
651	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	600.000.00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE		
691	MATERIAL DE CONSUMO	10.000.00
EXECUÇÕES DAS AÇÕES CONSORCIO INT. SAMU OESTE - CONSAMU		
835	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	50.000.00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE		
381	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	55.000.00
EXECUÇÕES DAS AÇÕES CONSORCIO INT. SAMU OESTE - CONSAMU		
836	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.000.00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
61	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000.00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO		
73	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000.00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE RECURSOS HUMANOS		
83	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000.00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TRIBUTÁRIAS E FISCALIZAÇÃO		
150	MATERIAL DE CONSUMO	10.000.00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SAÚDE		



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

399	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000.00
	EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO - SUS	
441	MATERIAL DE CONSUMO	60.000.00
	EXECUÇÃO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CAD UNICO - SUAS	
555	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000.00
	AÇÃO DE NUCLEOS DE APOIO ASAUDE DA FAMILIA - NASF - SUS	
471	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	84.000.00
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS E TESOUREARIA	
124	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.000.00
	EXECUÇÕES DAS AÇÕES CONSORCIO INT. SAMU OESTE - CONSAMU	
753	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	18.000.00
	EXECUÇÃO AÇÕES DO CONSORCIO INTER MUN. DE SAUDE OESTE DO PR - CISOP	
426	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	100.000.00
	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES, PASSEIO E CALÇADAS	
600	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000.00
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSITO E RODOVIARIO	
642	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000.00
	CONTROLE E GESTÃO DE RESIDUOS SOLIDOS	
703	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000.00

Total Suplementação: R\$ 1.260.000.00

ART. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto, servirá como recurso o cancelamento de dotações no valor de R\$ 1.260.000.00 (um milhão duzentos e sessenta mil reais) e o valor de bem como R\$ 82.000.00 (oitenta e dois mil reais) de excesso de arrecadação, conforme o Artigo 43 § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS E TESOUREARIA	
127	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000.00
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESOLCAR	
230	MATERIAL DE CONSUMO	10.000.00
235	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000.00
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO - ED. INFANTIL	
289	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000.00
	INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO	
336	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000.00
	AQUISIÇÃO DE VEICULO DE APOIO A SAUDE	
379	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000.00
	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO PRIMARIA DA SAUDE	
381	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	151.000.00
382	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000.00
386	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	24.000.00
	EXECUÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA PSF - SUS	
448	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000.00
	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
196	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	70.000.00
199	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000.00
	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	
633	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000.00
	EXECUÇÃO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CAD UNICO - SUAS	
555	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000.00
	MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	
652	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	82.000.00



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

CONVENIO ITAIPÚ BINACIONAL 4500046688 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

654	MATERIAL DE CONSUMO	80.000.00
656	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000.00
658	OBRAS E INSTALAÇÕES	500.000.00

Total da Redução: R\$ 1.260.000,00

ART. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no **SIM-AM 2019** (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

ART. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Tereza do Oeste,
Em, 29 de maio de 2019.



Elio Marciniak
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2019 DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 005/2019.

CONTRATANTE: Município de Santa Tereza do Oeste - Pr

CONTRATADA: Alcida Maria Linda da Mota Enfermagem

OBJETO: Prestação de serviços de Enfermagem, área de trabalho Saúde, com carga horária máxima de 06, 08 e 12 horas na forma de plantão, no Município de Santa Tereza do Oeste.

VALOR: R\$ 21,00 (Vinte e um reais) por hora trabalhada.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Santa Tereza do Oeste, em 15 de Julho de 2019.

Elio Marciniak

Prefeito Municipal



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019.

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 1/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2019

No dia 11 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE, Estado de PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.882.095/0001-53, com sede administrativa localizada na AV PARANA, 61, bairro CENTRO, CEP nº. 85825-000, nesta cidade de Santa Tereza do Oeste/PR, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ELIO MARCINIAC, inscrito no CPF sob o nº. 663.677.439-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 44/2019, Processo Licitatório nº. 96/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de Preços visando à aquisição Uniformes escolares (camisetas, jaquetas, calças, bermudas, meias e tênis), para alunos da Rede Municipal de Ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental, Uniformes para condutores de veículos de Urgência de acordo com a resolução 358/2015 e Uniformes Esportivos Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7533	AKM CONFECCOES EIRELI	
7539	ANDRE ANTONIO SABINO	
7542	DIEGO APARECIDO LEITE	
7535	E. P. FABICHACKI SAGGIN - UNIFORMES	10, 12, 13, 14
7300	ELO TEXTIL LTDA	
7534	F. C. SOBRAL - ARTIGOS DO VESTUARIO	
7536	J C PEREIRA - PRESTACAO DE SERVICOS	
7538	JOYCE CAROLINE DA CONCEICAO CONFECCOES	
7531	K.R. BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIR	11
7529	MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECCOES EIRELI	
6589	P. I. SILVA & ROSA LTDA - - ME	
7301	PONTOCOM BRINDES LTDA ME	
7532	RAFAEL F. FERNANDES	5
7541	SERGIO CONFECCOES - EIRELI	7
7540	T M Q OLIVEIRA CONFECCOES EIRELI	6, 8
7537	TRENTON CONFECCOES EIRELI	3, 4
7530	VALE SUL CONFECCOES LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 65 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AKM CONFECCOES EIRELI	10.939.960/0001-75	JOAO MANOEL PAZ	077.661.859-89
ANDRE ANTONIO SABINO	27.743.380/0001-00	ANDRE ANTONIO SABINO	003.442.029-09
DIEGO APARECIDO LEITE	15.307.517/0001-03	CLEIDE SEGATO	619.571.439-91
E. P. FABICHACKI SAGGIN - UNIFORMES	30.978.041/0001-18	DIEGO SAGGIN	039.548.129-59
ELO TEXTIL LTDA	28.844.636/0001-39	JUCELAINE FABIANA CAMARGO FIGUEIRA	045.764.159-21
F. C. SOBRAL - ARTIGOS DO VESTUARIO	15.148.472/0001-63	FABIANO CANDIDO SOBRAL	869.673.121-20
J C PEREIRA - PRESTACAO DE SERVICOS	12.062.420/0001-81	MARCIO ANDELUCI	851.438.479-15
JOYCE CAROLINE DA CONCEICAO CONFECCOES	11.604.458/0001-76	MARCOS RENATO CANDIDO	067.426.488-64
K.R. BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES EIR	32.947.401/0001-40	RONALDO CARLOS DA SILVA	562.336.049-15
MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECCOES EIRELI	30.577.619/0001-24	JOSE MARIO DA CRUZ	005.845.069-61
P. I. SILVA & ROSA LTDA - - ME	20.763.022/0001-10	LUIZA FERNANDES ALVES	019.036.969-84
PONTOCOM BRINDES LTDA ME	18.036.328/0001-23	DOUGLAS JOSE WAIAND	021.394.299-23
RAFAEL F. FERNANDES	20.256.261/0001-84	RAFAEL FRANCISCO FERNANDES	035.417.129-10
SERGIO CONFECCOES - EIRELI	72.264.344/0001-19	PAULO CESAR PASSETTI	276.072.919-20
T M Q OLIVEIRA CONFECCOES EIRELI	28.151.415/0001-85	REGINALDO GLUKOSKI ROSA	072.454.009-11
TRENTON CONFECCOES EIRELI	20.094.331/0001-45	MANOEL EPIFANIO DE SOUZA NETO	884.504.819-53



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAC**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 2/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 65 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
VALE SUL CONFECÇOES LTDA	11.387.914/0001-73	EMERSON DA LUZ PAIXAO	007.890.010-71

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de Preços visando à aquisição Uniformes escolares (camisetas, jaquetas, calças, bermudas, meias e tênis), para alunos da Rede Municipal de Ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental, Uniformes para condutores de veículos de Urgência de acordo com a resolução 358/2015 e Uniformes Esportivos

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7530 - VALE SUL CONFECÇOES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Kit com 2 Camisetas escolar de manga curta em Malha Poliviscose, 65% Poliéster e 35% Viscose; (conforme modelo)	KIT	VALE SUL	1.600,000	13,5000	21.600,00
2	Jaqueta escolar em Helanca, 65% Poliéster e 35% Algodão	UNI	VALE SUL	1.600,000	26,8300	42.928,00

Fornecedor: 7531 - K.R. BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Calção com tecnologia dry fit, tecido de desempenho que afasta o suor da pele para ajuda-lo a manter seco e confortável, composição 100% poliéster, dimensões aproximadas P:36x53 em (LxA) M:38X55cm(LxA) G :40X57 cm (LxA) GG:40X59 cm (LxA) EGG:44X61 cm (LxA) ,cor variada	UNI	KN ESPORTE	132,000	14,0000	1.848,00

Fornecedor: 7532 - RAFAEL F. FERNANDES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Kit com 02 Pares de Meias escolar confeccionadas na Cor branca 60% Algodão, 37 Poliamida, 2% Poliéster, 1% Elastodieno	KIT	RFLS	1.600,000	12,9500	20.720,00

Fornecedor: 7535 - E. P. FABICHACKI SAGGIN - UNIFORMES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	Meião profissional composição corpo 52%poliamida 32%algodão, 11% poliéster, 5% elastodieno, com elástico nos punhos, elástico no tornozelo, pé atalhado com algodão com cores variadas	PAR	KANXA	132,000	9,0000	1.188,00
12	Tênis do tamanho do 28 ao 35, conforme especificações	PAR	NEW KIDS	416,000	25,0000	10.400,00
13	Tênis do tamanho do 28 ao 35, conforme especificações	PAR	NEW KIDS	995,000	25,0000	24.875,00
14	Tênis do tamanho do 36 ao 44, conforme especificação	PAR	NEW KIDS	189,000	28,0000	5.292,00

Fornecedor: 7537 - TRENTON CONFECÇOES EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Kit com 02 Calças escolar em Helanca, 65% Poliéster e 35% Algodão	KIT	TRENTON UNII	1.600,000	27,0400	43.264,00



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAR**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 3/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

Fornecedor: 7537 - TRENTON CONFECÇÕES EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Kit com 02 Bermuda/Short-saia escolar em Helanca, 65% Poliéster e 35% Algodão	KIT	TRENTON UNII	1.600,000	22,1000	35.360,00

Fornecedor: 7540 - T M Q OLIVEIRA CONFECÇÕES EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Camiseta em malha para condutores de veículos de emergência de acordo com a resolução 358/2015, na cor azul oceano com o brasão do município com faixas refletivas nas mangas, frete e costa. (tamanho sob Medida)	UNI	duque	18,000	28,0000	504,00
8	Calça para condutores de veículos de urgência de acordo com a resolução 358/2015, em tecido brin de cor azul marinho com faixas refletivas nas duas pernas (tamanho sob Medida)	UNI	duque	18,000	45,0000	810,00

Fornecedor: 7541 - SERGIO CONFECÇÕES - EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Jaqueta impermeável manga longa para condutores de veículos de urgência de acordo com a resolução 358/2015, em brim de cor azul marinho, com o brasão da prefeitura e faixas refletivas nas mangas, frente e costa. (tamanho sob Medida)	UNI		9,000	103,4000	930,60

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

Reginaldo



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAR**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 4/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 5/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 6/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 7/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 8/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Tereza do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAC**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei nº 953 de 05 de Dezembro de 2012

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL SANTA TEREZA DO OESTE

Página: 9/9

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Tereza do Oeste, 11 de Julho de 2019.


ELIO MARCINIAK
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AKM CONFECÇOES EIRELI

CNPJ: 10.939.960/0001-75

ANDRE ANTONIO SABINO

CNPJ: 27.743.380/0001-00

DIEGO APARECIDO LEITE

CNPJ: 15.307.517/0001-08

E. P. FABICHACKI SAGGIN - UNIFORMES

CNPJ: 30.978.041/0001-18

ELO TEXTIL LTDA

CNPJ: 28.844.636/0001-39

F. C. SOBRAL - ARTIGOS DO VESTUARIO

CNPJ: 15.148.472/0001-63

J C PEREIRA - PRESTACAO DE SERVICOS

CNPJ: 12.062.420/0001-81

JOYCE CAROLINE DA CONCEICAO CONFECÇOES

CNPJ: 11.604.458/0001-76

K.R. BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES EIR

CNPJ: 32.947.401/0001-40

MARIA ELIZABETH MOURA MORALES CONFECÇOES EIRELI

CNPJ: 30.577.619/0001-24

P. I. SILVA & ROSA LTDA - - ME

CNPJ: 20.763.022/0001-10

PONTOCOM BRINDES LTDA ME

CNPJ: 18.036.328/0001-23

RAFAEL F. FERNANDES

CNPJ: 20.256.261/0001-84

SERGIO CONFECÇOES - EIRELI

CNPJ: 72.264.344/0001-19

T M Q OLIVEIRA CONFECÇOES EIRELI

CNPJ: 28.151.415/0001-85

TRENTON CONFECÇOES EIRELI

CNPJ: 20.094.331/0001-45

VALE SUL CONFECÇOES LTDA

CNPJ: 11.387.914/0001-73


Reginaldo



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2019

ANO: II

EDIÇÃO Nº: 01380 - 16Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 044/2019.

De acordo com a Ata da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 061/2019 de 13 de Junho de 2019 e integrada pelos senhores: Andreo Hotz de Oliveira, Marilsa Aparecida da Silva, Ana Carla de Araújo Gomes, Josinei Kaspary, Marcia Pinheiro de Araujo Felipe e Alesandra Avila Vieira.

ADJUDICO e HOMOLOGO o parecer dos itens:

01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11.

Santa Tereza do Oeste, 19 de Julho de 2019.

Elio Marciniak

Prefeito Municipal



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **ELIO MARCINIAK**. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, PR da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de <http://www.santatereza.pr.gov.br> no link Diário Oficial.

[Início](#)